

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (T) FYLIPE BORBA

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DEFESA VOLTADAS PARA A BID

BRASILEIRA:

O impacto das políticas públicas nas Pequenas e Médias Empresas

Rio de Janeiro

2024

CC (T) FYLIPE BORBA

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DEFESA VOLTADAS PARA A BID
BRASILEIRA:
O impacto das políticas públicas nas Pequenas e Médias Empresas**

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CMG (Refº) LUIZ CARLOS DE CARVALHO ROTH.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTO

Expresso minha mais profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho acadêmico. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me conceder saúde e força para enfrentar cada desafio. À minha família, pequena no número e no tamanho, mas imensa na força e no amor: minhas guerreiras amazonas Marise, Neuza e Renata, que moldaram quem eu sou; se eu conseguir transmitir metade do que aprendi com vocês, já me considerarei um homem realizado. Aos meus eternos pequenos, Duda e Enzo, minha inspiração constante.

Aos meus irmãos da vida, Mozart e Vladimir, pela parceria de sempre. Aos amigos do CFO 2006, em especial CC (T) Andreia e CC (T) Ivone; e à turma C-Sup 2024, pelo acolhimento e amizade, com menções especiais às CC (T) Claudia Diniz e CC (T) Fabiane Rabello. Sou grato também às famílias que a Marinha me presenteou em cada local onde servi: minha família candanga, CF Raquel, CF Camila Neto e o clube; minha família soteropolitana, liderada por Neviton e Neves; minha família carioca da Asa Sul, Biondi e Jessica; minha família alemã, generosamente compartilhada por Gildecio; e a mãe alemã, Frau Kraus.

Aos meus companheiros de tripulação e colegas dos Gabinetes onde tive o privilégio de servir, minha eterna gratidão. Trabalhar ao lado de militares e civis que me inspiram fortaleceu ainda mais o orgulho de vestir este uniforme. Aos meus chefes, tanto do passado quanto do presente, agradeço por todo o aprendizado. Tenho a sorte de ter sido servido com exemplos marcantes, como VA (IM) Barreto Rodrigues, VA Capistrano e CMG (IM) Henrique.

Ao Ministério da Defesa e à Escola de Guerra Naval, pela oportunidade de viver experiências memoráveis. Ao meu orientador, CMG Roth, e à equipe do C-Sup, CMG Claudia, CMG Chiara e SO Rodrigues, fica o meu mais sincero reconhecimento e gratidão. A dívida de aprendizado que tenho com vocês é imensurável.

Por fim, meu eterno agradecimento ao meu Farol, cuja convivência e ensinamentos me ajudaram a compreender que a Marinha pertence a todos nós, brasileiros. O legado do senhor reafirma meu orgulho de ser Marinheiro e a certeza de que não poderia ter escolhido outro caminho.

Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu. Há tempo de nascer, e tempo de morrer; tempo de plantar, e tempo de arrancar o que se plantou; tempo de amar, e tempo de odiar; tempo de guerra, e tempo de paz.

Eclesiastes 3:1;8

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas de defesa no Brasil, com foco no desenvolvimento da indústria de defesa e nos desafios relacionados ao monitoramento e à avaliação dessas políticas. A pesquisa explora a evolução histórica das políticas de defesa e o papel do Ministério da Defesa, enfatizando a importância da Base Industrial de Defesa para a segurança nacional e a modernização das capacidades de defesa do país. Uma atenção especial é dada ao papel das pequenas e médias empresas na promoção da inovação e do avanço tecnológico dentro do setor. O estudo destaca os desafios enfrentados por essas empresas, como o acesso ao financiamento e os entraves burocráticos, sublinhando a necessidade de uma avaliação contínua e eficaz das políticas públicas para criar um ambiente favorável ao crescimento e à competitividade no setor de defesa. O artigo conclui que a obtenção da autonomia tecnológica e o fortalecimento da Base Industrial de Defesa dependem de uma maior integração entre os setores governamentais e de um sistema robusto de monitoramento e avaliação de políticas. Isso permitirá que a indústria de defesa atue como um motor de inovação e desenvolvimento econômico no Brasil.

Palavras-chave: Base Industrial de Defesa. Políticas Públicas. Políticas de Defesa. Defesa Nacional. Pequenas e Médias Empresas. Monitoramento e Avaliação. Avaliação das Políticas.

ABSTRACT

EVALUATION OF DEFENSE POLICIES FOCUSED ON THE BRAZILIAN DEFENSE INDUSTRY:

The impact of public policies on Small and Medium-Sized Enterprises

This study aims to analyze public defense policies in Brazil, with a particular focus on the development of the defense industry and the challenges associated with monitoring and evaluating these policies. The research explores the historical evolution of defense policies and the role of the Ministry of Defense, emphasizing the significance of the Defense Industrial Base for national security and the modernization of the country's defense capabilities. Special attention is given to the role of small and medium-sized enterprises in fostering innovation and technological advancement within the sector. The study highlights the challenges faced by these companies, such as access to financing and bureaucratic barriers, and underscores the need for continuous, effective public policy evaluation to create a conducive environment for growth and competitiveness in the defense sector. The paper concludes that achieving technological autonomy and strengthening the Defense Industrial Base requires greater integration across government sectors and a robust system for policy monitoring and evaluation. This, in turn, will enable the defense industry to serve as a driver of innovation and economic development in Brazil.

Keywords: Defense Industrial Base. Public Policies. Defense Policies. National Defense. Small and Medium-sized Enterprises. Monitoring and Evaluation. Policy Evaluation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<u>FIGURA 1 – Modelo do Ciclo de Políticas Públicas de Meny e Thoenig (1992)</u>	<u>14</u>
<u>FIGURA 2 – Modelo de Múltiplos Fluxos Kingdon x Questões de Defesa</u>	<u>21</u>
<u>FIGURA 3 - Etapas da avaliação com base em indicadores</u>	<u>25</u>
<u>QUADRO 1 - Exemplo de avaliação do PAED</u>	<u>29</u>

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	–	Base Industrial de Defesa
CAGED	-	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
END	–	Estratégia Nacional de Defesa
EED	–	Empresa Estratégica de Defesa
ESG	–	Escola Superior de Guerra
FFAA	–	Forças Armadas Brasileiras
IPEA	–	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBDN	–	Livro Branco de Defesa Nacional
MD	–	Ministério da Defesa
PAED	–	Plano de Articulação e Equipamento de Defesa
PDN	–	Política Nacional da Base Industrial de Defesa
PME	–	Pequenas e Médias Empresas
PNBID	–	Política Nacional da Base Industrial de Defesa
PNID	–	Política Nacional da Indústria de Defesa
PND	–	Política Nacional de Defesa
PED	–	Produto Estratégico de Defesa
PRODE	–	Produto de Defesa
RETID	–	Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa
SEBRAE	–	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCU	–	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA.....	11
2.1 ETAPAS DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	12
2.2 DEFESA NACIONAL: UMA QUESTÃO DE ESTADO.....	15
2.3 UMA SOCIEDADE DISTANTE DA DEFESA.....	16
2.4 MINISTÉRIO DA DEFESA E POLÍTICAS DE DEFESA PÓS GUERRA-FRIA.....	17
3 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
3.1 FORMAÇÃO DE AGENDA.....	20
3.2 A ANÁLISE <i>EX ANTE</i>	23
3.3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	23
3.3.1 Avaliação com base em indicadores.....	24
4 A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA.....	26
4.1 ANALISANDO AS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA BID.....	27
4.1.1 Estratégia Nacional de Defesa.....	27
4.1.2 Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED).....	28
4.1.3 Lei nº 12.598, de 2012 (Lei de fomento à Base Industrial de Defesa).....	30
4.1.4 Política Nacional da Base Industrial de Defesa (PNBID).....	31
4.2 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA BID.....	32
4.3 O PAPEL DAS PME PARA O DESENVOLVIMENTO DA BID.....	34
4.3.1 O impacto das políticas públicas nas PME da BID do Brasil.....	36
5 CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

A relevância da indústria de defesa para a soberania e segurança nacional de um país é incontestável, pois ela não só protege as fronteiras como também fomenta o desenvolvimento de tecnologias avançadas, essenciais para a defesa e o enfrentamento de ameaças externas. Esse setor promove a independência tecnológica e fortalece a economia por meio da geração de empregos qualificados e do incentivo à pesquisa e inovação, provendo ao país a capacidade de responder de forma eficiente a crises internas e externas, garantindo a estabilidade e a paz.

A Base Industrial de Defesa (BID) do Brasil é um setor estratégico formado por empresas públicas e privadas dedicadas ao desenvolvimento, produção e manutenção de equipamentos e sistemas essenciais para as Forças Armadas. Caracterizada por sua diversidade, a BID abrange desde grandes corporações tecnológicas até pequenas e médias empresas (PME), com grande potencial para reduzir a dependência de importações e fortalecer a economia nacional por meio da geração de empregos e da promoção da inovação tecnológica.

Considerando a importância estratégica do setor e os desafios enfrentados pelas PME, este trabalho tem como objetivo analisar como a avaliação sistemática das políticas de defesa pode fomentar o desenvolvimento dessas empresas no contexto da BID. O objetivo da pesquisa é entender de que maneira uma abordagem contínua e eficaz de avaliação pode ajudar a enfrentar os desafios das PME, como a dificuldade de acesso a financiamento e a burocracia excessiva, e a metodologia adotada consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, que se baseia em fontes secundárias, incluindo documentos governamentais, pesquisas acadêmicas e relatórios institucionais. Através de uma análise qualitativa, o estudo examina as políticas públicas atuais, identificando os principais desafios e oportunidades para as PME.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. Após esta introdução, no capítulo dois apresenta-se uma visão geral das políticas públicas de defesa, explorando seu desenvolvimento e impacto. No capítulo três, discute-se a criação de um modelo de avaliação das políticas, com ênfase nos critérios de eficácia, eficiência e impacto sobre as PME. No capítulo quatro, aprofunda-se a análise da BID, destacando sua contribuição para o desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil, com foco no papel das PME. Finalmente, o capítulo cinco apresenta as conclusões e recomendações obtidas ao longo da pesquisa.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA

As políticas públicas são compostas por um conjunto de ações, programas e projetos desenvolvidos por diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) com o propósito de resolver problemas ou atender às necessidades da sociedade (Meny; Thoenig, 1992). Neste capítulo propõe-se a discutir a importância das políticas públicas voltadas para a defesa nacional, explorando suas etapas de formulação, desde a identificação do problema até a implementação, monitoramento e avaliação. O objetivo é analisar como essas políticas contribuem para a organização do Estado, a regulação da sociedade e a preservação da segurança nacional, além de discutir os desafios específicos que surgem no campo da defesa.

As políticas públicas são formuladas a partir de diagnósticos e análises detalhadas da sociedade, com base em princípios como equidade, eficiência, participação social e sustentabilidade. Elas são instrumentos essenciais para a implementação de diretrizes e metas voltadas à resolução de problemas coletivos, bem como para a alocação de recursos e o acompanhamento de resultados (Sousa; Ribeiro; Silva, 2020; TCU, 2021).

Embora os conceitos de políticas públicas e políticas sociais sejam frequentemente confundidos, eles possuem distinções claras. As políticas públicas abrangem diversas áreas, como saúde, educação, segurança, economia, meio ambiente e, claro, defesa. As políticas sociais são um subgrupo das políticas públicas voltadas para melhoria das condições de vida dos grupos mais vulneráveis, com ênfase em áreas como saúde, habitação e previdência (Höfling, 2001; Souza, 2006).

O estudo das políticas públicas faz parte do campo das ciências políticas, que analisa as relações entre o Estado e a sociedade e as estruturas formadas a partir dessas interações. As ciências políticas investigam a política em suas diversas manifestações, instituições e dinâmicas. Dentro desse campo, as políticas públicas necessitam de ações e programas implementados para ajudar o governo a cumprir suas obrigações em relação aos direitos fundamentais dos cidadãos, estabelecidos pela Constituição, legislação ordinária e tratados internacionais. Após a formulação das diretrizes e objetivos das políticas públicas, são desenvolvidos programas e ações que funcionam como instrumentos práticos para alcançar os resultados desejados (Souza, 2006).

Neste capítulo, será discutido o ciclo de formulação das políticas públicas de defesa, suas etapas e como essas políticas são essenciais para a segurança nacional, com destaque para os mecanismos que garantem sua eficácia e impacto. Além disso, serão abordados os principais desafios relacionados à integração entre os diversos setores governamentais e à sustentabilidade dessas políticas em longo prazo.

2.1 ETAPAS DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são formuladas por meio de um processo amplamente reconhecido na literatura de ciências políticas como o ciclo de políticas públicas. Este ciclo, conforme delineado por diversos estudiosos da área, abrange, de maneira simplificada, as seguintes etapas: identificação do problema, formulação de propostas de ação, tomada de decisão, implementação das medidas, monitoramento dos resultados e avaliação do impacto.

A estruturação das políticas públicas deve ser compreendida como o produto de um intenso processo de intermediações políticas, por meio das quais emergem e tomam forma os projetos e interesses de agentes e agências públicos e privados, em disputa para impor um determinado projeto de direção política e ideológica sobre a sociedade e o Estado que são governados. Os posicionamentos, estratégias e táticas de cada um na confrontação estão regidos por princípios de mudança e de conservação (Torres, 2006).

Embora alguns autores sugiram um maior número de etapas para oferecer uma compreensão mais aprofundada de cada fase do processo de políticas públicas, neste estudo, as cinco etapas identificadas no estudo são suficientes porque elas permitem esclarecer de forma eficaz a dinâmica do processo de formulação e implementação das políticas públicas. A escolha por essa abordagem simplificada reflete o objetivo de facilitar a compreensão dos processos envolvidos, sem comprometer a análise do ciclo. Além disso, a estrutura proposta possibilita uma visão prática e aplicável ao contexto específico deste estudo, sem entrar em detalhes excessivos que poderiam tornar a análise menos objetiva.

A seguir, será apresentada a descrição de cada etapa do ciclo, com informações que ajudarão a compreender os processos envolvidos de forma mais clara.

I – Identificação do Problema: o gestor deve estar ciente da limitação dos recursos disponíveis, o que torna esta etapa essencial para a elaboração de políticas públicas efetivas que realmente atendam ao objetivo de resolver ou mitigar os problemas identificados. Embora a sociedade enfrente inúmeros desafios, restrições orçamentárias, limitações de pessoal e interesses políticos impõem que apenas alguns problemas sejam priorizados. Por isso, é fundamental que as políticas sejam cuidadosamente desenvolvidas para maximizar seu impacto. Para que uma política avance no ciclo de formulação, o problema deve ser legitimado e priorizado, conquistando a atenção do governo e da opinião pública para integrar a agenda dos tomadores de decisão.

II – Formulação de propostas: após a análise do problema, o próximo passo é definir os objetivos a serem alcançados com a formulação da política pública. Quanto mais claros forem os objetivos e as metas estabelecidos, melhores serão as propostas desenvolvidas. As propostas a serem apresentadas aos tomadores de decisão podem ter como base pesquisas, consultas a especialistas e análise de dados. Elas devem considerar os benefícios e os potenciais impactos econômicos, sociais, políticos e ambientais, bem como indicar a viabilidade e a adequação de sua implementação.

III – Tomada de Decisão: nesta etapa, os tomadores de decisão avaliam e comparam as diferentes alternativas disponíveis para lidar com o problema que gerou a formulação das propostas. As decisões aqui tomadas poderão resultar em leis, regulamentos, programas ou ações específicas, destinadas a alcançar os objetivos estabelecidos pela política pública em questão. As autoridades responsáveis definem a abordagem a ser adotada, escolhem a proposta considerada mais adequada para resolver o problema identificado e direcionam os recursos e esforços necessários para sua implementação e acompanhamento.

IV – Implementação: a partir deste momento, as ações planejadas serão colocadas em prática para implementar a política pública. Isso envolve a alocação dos recursos necessários, a mobilização de equipes, a coordenação de esforços, a comunicação com os envolvidos, o estabelecimento de prazos e responsabilidades e, por fim, a execução dos planos, programas e ações específicas.

V - Monitoramento e Avaliação: monitorar e avaliar os resultados de uma política pública são atividades essenciais para garantir a transparência dos gastos e a eficácia das ações governamentais. O monitoramento permite acompanhar a implementação da política, identificando problemas e garantindo o uso eficiente dos

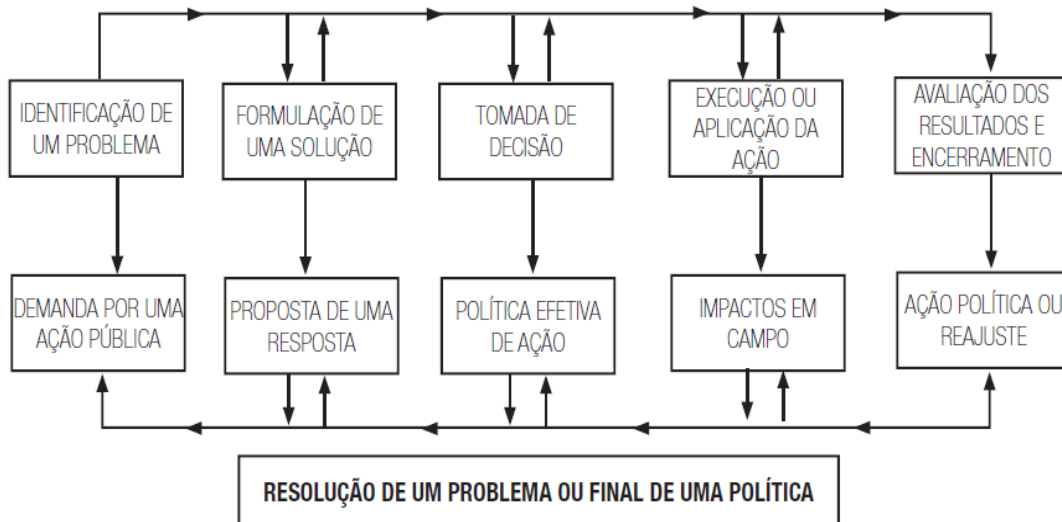
recursos. A avaliação, por sua vez, mede o impacto das ações e verifica se os objetivos estão sendo atingidos.

Esses processos fornecem dados essenciais para a tomada de decisão baseada em evidências, promovendo a melhoria contínua das políticas e a maximização de resultados positivos. Além disso, o monitoramento e a avaliação contribuem para a aprendizagem institucional, a correção de falhas e o fortalecimento da governança pública, assegurando a relevância e a sustentabilidade das políticas a longo prazo.

As etapas de uma política pública podem variar conforme o contexto e a área de atuação, mas geralmente seguem um processo similar de planejamento e implementação. Na prática, entretanto, essas fases são interdependentes e não seguem uma sequência linear ou única de dependência lógica.

O modelo completo é, portanto, mais dinâmico e complexo, como ilustrado no esquema de Meny e Thoenig (1992) apresentado na figura 1. Além disso, as políticas públicas estão sujeitas a influências externas e mudanças no cenário político ou nos atores envolvidos, o que pode resultar em revisões, ajustes ou até mesmo na interrupção do processo.

Figura 1 – Modelo do Ciclo de Políticas Públicas de Meny e Thoenig (1992)



Fonte: PosEAD, 2010, p.38.¹

¹ PosEAD. **Caderno de Estudos e Pesquisa: Elaboração e Análise de Políticas Públicas.** Elaborado por Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1356820/elabora%C3%A7%C3%A3o-e-an%C3%A1lise-de-pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas---n>. Acesso em: 13 de set. de 2024.

2.2 DEFESA NACIONAL: UMA QUESTÃO DE ESTADO

As políticas de defesa, assim como as políticas sociais, representam um subgrupo das políticas públicas, focando especificamente na defesa nacional. Para a análise das políticas de defesa, é imprescindível compreender os conceitos de Estado, Nação, Soberania, Segurança Nacional e Defesa Nacional, que são inter-relacionados e fundamentais na formulação de estratégias efetivas.

O Estado é uma entidade complexa, responsável pela organização e regulação da sociedade, desempenhando funções essenciais como garantir segurança, justiça, ordem pública, criar leis, arrecadar impostos e representar o país internacionalmente. Já a Nação refere-se a um conceito mais subjetivo, formado por laços culturais e identitários entre os indivíduos, que nem sempre coincidem com as fronteiras do Estado. Por fim, a soberania define a autoridade política e administrativa de um Estado sobre seu território, assegurando independência e integridade territorial, sem interferência externa (Bobbio, 1987).

O conceito de Segurança Nacional no Brasil está diretamente relacionado à proteção da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças internas e externas, como visto nas preocupações do governo com a preservação da Amazônia diante de pressões internacionais e de organizações criminosas transnacionais. A Defesa Nacional, por sua vez, refere-se às ações do Estado, majoritariamente de caráter militar, voltadas à proteção do território e da soberania contra ameaças externas (ESG, 2024).

A segurança, entendida como uma condição essencial para a sociedade, é garantida por mecanismos de defesa organizados pelo Estado, focados na proteção territorial e dos recursos nacionais. Essa visão é refletida nas políticas recentes que visam fortalecer a presença militar, especialmente na Amazônia. Tais políticas estão baseadas nos princípios da Estratégia Nacional de Defesa (END), cujo objetivo central é reforçar a soberania do Brasil e consolidar sua posição como uma potência regional, garantindo a segurança e o desenvolvimento sustentável do país.

A possibilidade de ameaça à soberania foi reconhecida como um problema público com a formulação da Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996, indicando um interesse pelo tema, que transcende a esfera militar e necessita envolver toda a sociedade. Segundo Anderson (2003), um problema em políticas públicas ocorre quando uma condição gera insatisfação entre a população, exigindo ação

governamental. Problemas públicos impactam amplos segmentos da sociedade e são desafiadores de resolver individualmente.

Portanto, a defesa nacional requer ações governamentais coordenadas para garantir a soberania, proteção do território e segurança dos cidadãos, implicando cooperação entre diversas esferas do governo e com outros países. De acordo com Dias (2013), a proteção dos direitos constitucionais é uma responsabilidade do Estado, que deve utilizar políticas públicas para isso, reforçando que as políticas de defesa nacional são, inexoravelmente, políticas públicas que afetam toda a sociedade.

Mankiw (2016) entende que a defesa nacional deve ser classificada como um bem público, pois é um recurso que não pode ser negado a ninguém, e seu uso por um não reduz sua disponibilidade para outro. Assim, a responsabilidade pela defesa nacional é exclusiva do Estado, com a implementação de políticas de defesa exigindo intervenção estatal. Almeida (2010) acrescenta que a política de defesa aborda problemas que não podem ser delegados ao setor privado ou a outras esferas da administração governamental, buscando soluções específicas e necessitando de uma condução que transcenda as inclinações políticas dos governantes.

2.3 UMA SOCIEDADE DISTANTE DA DEFESA

A defesa nacional é um elemento fundamental para a soberania de qualquer país; no entanto, a relevância desse tema não é amplamente compreendida pela população brasileira. Alguns fatores podem justificar esse afastamento, como o legado do período do governo militar, que ainda influencia a percepção pública sobre o papel das Forças Armadas, contribuindo para uma visão negativa em segmentos da sociedade. Essa situação é agravada pela ausência de um currículo educacional que aborde adequadamente a defesa nacional e pela falta de iniciativas que promovam o debate e a conscientização sobre o tema.

Além disso, a localização geográfica do Brasil, distante dos principais focos de conflito global e com relações pacíficas com os países vizinhos, pode criar uma falsa sensação de segurança e a percepção de que as ameaças à soberania são remotas. Contudo, é importante ressaltar que o Brasil possui um dos maiores números de vizinhos no mundo, e a cooperação em defesa com essas nações é vital

para fortalecer as relações pacíficas e a influência do Brasil na América do Sul. A cultura pacifista do país, que prioriza a resolução de conflitos por meio da diplomacia, aliada à atenção voltada para questões internas, como desigualdade social e violência, resulta em uma baixa priorização das questões de defesa nacional (Brasil, 2012).

Outro fator é a mídia, que desempenha um papel significativo na formação da opinião pública, e adiciona uma contribuição para a escassez de discussões sobre defesa nacional, concentrando-se mais em questões sociais, políticas imediatas ou de entretenimento, relegando a segurança nacional a um segundo plano.

A falta de iniciativas para fomentar o debate e a conscientização resulta em um entendimento sobre defesa limitado da população, aumentando a vulnerabilidade à desinformação. Em decorrência desse distanciamento, observa-se que as políticas de defesa do Brasil, assim como todas as etapas que compõem o ciclo de políticas públicas, são predominantemente estruturadas dentro do Ministério da Defesa (MD).

2.4 MINISTÉRIO DA DEFESA E POLÍTICAS DE DEFESA PÓS GUERRA-FRIA

Durante a Guerra Fria, a estratégia de defesa do Brasil estava alicerçada na Doutrina de Segurança Nacional, com foco na segurança interna e na luta contra o comunismo. A PDN foi o primeiro documento a tratar de segurança e defesa no período pós-Guerra Fria, estabelecendo diretrizes para a preparação e atuação das Forças Armadas, com ênfase na defesa da soberania, integridade territorial e interesses nacionais (Brasil, 2005).

Contudo, a PDN enfrentava várias limitações, como a falta de recursos e o pouco detalhamento de sua implementação, o que comprometeu sua efetividade e o alcance de seus objetivos. Além disso, no documento não se abordavam com profundidade questões essenciais, como o desenvolvimento da indústria de defesa e o avanço tecnológico. As restrições orçamentárias prejudicaram a capacidade do Brasil de desenvolver sua BID e de modernizar as Forças Armadas, que tiveram dificuldades tanto na aquisição de novos equipamentos quanto na manutenção de sua prontidão operacional.

A criação do Ministério da Defesa em 1999, que centralizou funções anteriormente dispersas entre os Ministérios Militares e a Casa Civil, foi um marco importante para a Defesa Nacional, proporcionando maior coesão e racionalidade na

gestão do setor. Porém, a forte influência do Ministério das Relações Exteriores, com sua política externa pacifista e aversão ao desenvolvimento de tecnologias militares "agressivas", criou entraves para o avanço tecnológico militar do país, prejudicando a autonomia do setor (Castelan, 2009).

As transformações globais com o surgimento de novos atores internacionais motivaram a revisão da PDN em 2005, uma versão que ampliou o conceito de ameaças à segurança e ressaltou a importância da cooperação internacional (Brasil, 2005). No mesmo ano, o MD também instituiu a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID) através de portaria normativa, acompanhada de uma portaria complementar que delineava as ações estratégicas para a implementação da PNID.

A END, lançada em 2008, buscou maior participação civil e melhor coordenação entre civis e militares na formulação e execução das políticas de defesa. A END complementou a PDN, alinhando objetivos estratégicos com recursos disponíveis e promovendo a modernização das Forças Armadas. Introduziu diretrizes para o desenvolvimento da BID, enfatizando autonomia tecnológica e capacidade de produção nacional. Adicionalmente, a atualização das políticas de defesa incluiu a criação do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), proporcionando maior transparência e clareza às estratégias de defesa do país (Brasil, 2008, 2012).

Na revisão de 2012, a PDN foi renomeada para Política Nacional de Defesa (PND) e publicada em conjunto com a END, buscando consolidar um sistema de defesa coerente. A PND estabelece diretrizes gerais, enquanto a END define os meios para alcançá-las. Em 2016, a PND e a END foram revisadas para se adaptarem a novas ameaças globais, como terrorismo e ciberataques. Embora os princípios fundamentais tenham permanecido, ajustes foram feitos para melhor adequação ao contexto atual. A versão de 2020, que é a mais recente e atualmente em vigor, reafirmou a importância da defesa nacional em um cenário de instabilidade global, priorizando a defesa da Amazônia Azul e Verde e o fortalecimento da base industrial de defesa com foco em inovação tecnológica e autonomia estratégica.

As políticas públicas no Brasil são, por natureza, intersetoriais, pois enfrentam desafios complexos que exigem a colaboração de diversas áreas. A centralização dessas políticas em um único Ministério pode limitar sua eficácia, uma vez que a ausência de uma visão integrada e a falta de coordenação entre os setores resultam em políticas fragmentadas. Áreas como saúde, educação e meio ambiente, por exemplo, necessitam de uma cooperação constante entre os governos federal,

estadual e municipal, evidenciando a importância de uma abordagem mais colaborativa e sistêmica (Secchi, 2010).

A atuação do MD é discreta e com pouca projeção política, o que facilita a execução de suas atividades sem interferências imediatistas, reforçando a ideia de defesa como política de Estado. No entanto, essa discrição limita o envolvimento da sociedade e do meio político, isolando o MD na formulação e execução das políticas de defesa, centralizando responsabilidades que poderiam ser divididas com outros setores. Esse isolamento sobrecarrega o Ministério e contribui para o desinteresse político, já que a defesa é vista como uma pasta distante das pautas prioritárias.

Para enfrentar esse cenário, uma solução seria promover uma maior integração interministerial e intersetorial, permitindo que outras áreas de governo e o setor privado desempenhem papéis mais ativos nas políticas de defesa. A contribuição de setores como tecnologia, indústria e economia pode enriquecer o debate e ampliar a responsabilidade sobre essas políticas, aliviando a carga sobre o MD e promovendo uma visão mais ampla e inclusiva da defesa no contexto das políticas públicas brasileiras. Isso não apenas equilibraria responsabilidades, mas também geraria um entendimento mais profundo da relevância da defesa para o desenvolvimento do país, incluindo sua interseção com questões econômicas, sociais e tecnológicas.

3 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O ciclo de políticas públicas oferece uma perspectiva abrangente sobre a formulação de políticas, que, devido à volatilidade e imprecisão inerentes às ciências políticas, não busca ser um modelo exato, mas uma ferramenta analítica para compreensão. Este capítulo ressalta a importância da avaliação como um processo contínuo e indispensável para assegurar que as políticas atinjam seus objetivos e tragam benefícios efetivos à sociedade.

A avaliação não deve se limitar à fase posterior à implementação, mas deve ser integrada ao longo de todo o ciclo de formulação e execução das políticas, iniciando imediatamente após a identificação do problema. E nesse contexto, um novo elemento será agregado ao ciclo: a "formação da agenda". Conforme Lassance (2024), o autor Thomas Dye, em 1972, definiu política pública como "tudo o que um governo escolhe fazer ou deixar de fazer", ou seja, o problema só terá importância para originar uma política pública se for capaz de captar a atenção da opinião pública e dos formuladores de políticas.

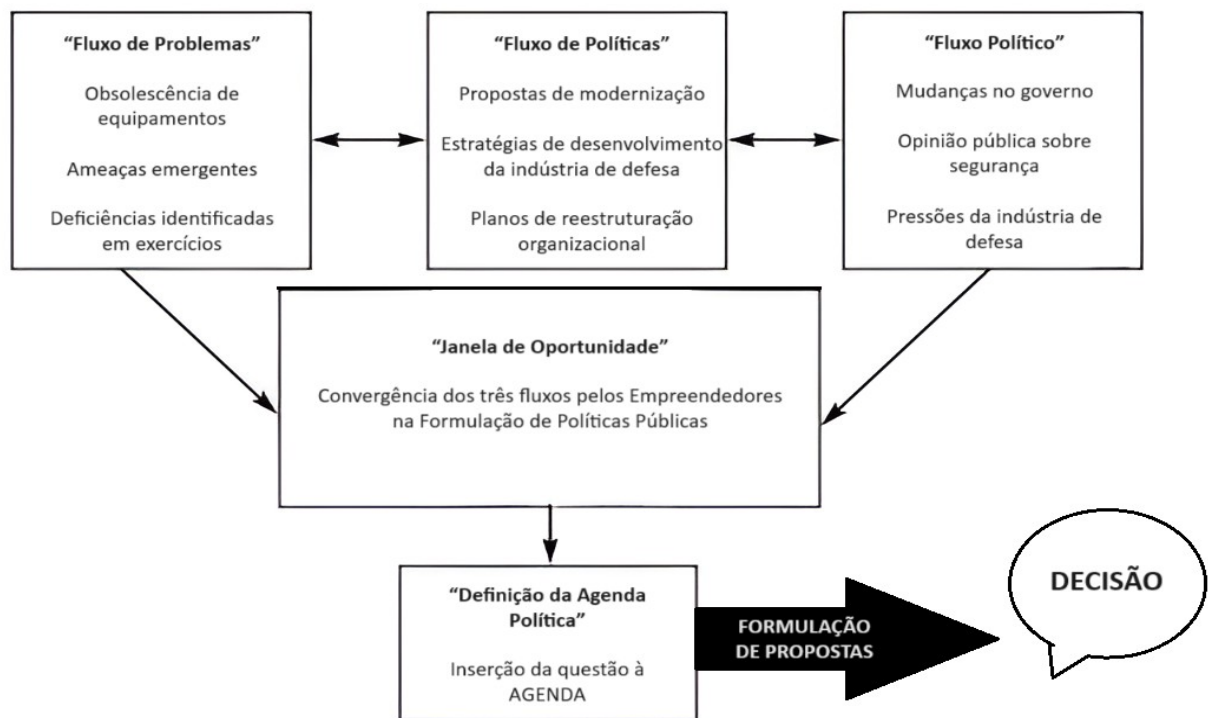
3.1 FORMAÇÃO DE AGENDA

A formulação de políticas públicas, especialmente na defesa, é um processo complexo que envolve diversos atores e interesses. Durante a organização da agenda, são selecionados os problemas que receberão a atenção do governo (Dye, 2005). Nesse cenário, o Modelo de Múltiplos Fluxos (MMF) de John Kingdon oferece uma estrutura valiosa para entender como certas questões chegam à agenda governamental e como, a partir desse ponto, as soluções são desenvolvidas e implementadas.

Dividido em três fluxos (Problemas, Políticas e Política), o modelo esclarece as dinâmicas de decisão em contextos desafiadores como é o caso da defesa nacional. A convergência desses fluxos cria uma "janela de oportunidade", permitindo que questões de defesa entrem na agenda governamental.

A figura 2 é uma adaptação do Modelo de Múltiplos Fluxos Kingdon com a inserção do tema defesa à agenda política.

Figura 2 – Modelo de Múltiplos Fluxos Kingdon x Questões de Defesa



Fonte: Capella (2006) adaptada pelo autor.

I. Fluxo de Problemas: no contexto da Defesa, envolve a identificação e o reconhecimento de questões que exigem atenção governamental. Esse processo é influenciado por indicadores, eventos críticos e *feedbacks* de políticas existentes. No setor de defesa, os problemas podem ser identificados por meio de:

- a. Indicadores: dados sobre ameaças à segurança nacional, investimentos em defesa de outros países e obsolescência de equipamentos militares.
- b. Eventos focalizadores: conflitos internacionais, ataques terroristas e crises diplomáticas que catalisam a percepção de problemas.
- c. *Feedback*: avaliações das deficiências das Forças Armadas.

Identificar adequadamente esses problemas é essencial para reconhecer questões significativas que podem demandar novas políticas de defesa, como avanços tecnológicos que representem ameaças, ciberataques, desenvolvimento de inteligência artificial militar por potências estrangeiras, aumento do terrorismo global e tensões geopolíticas regionais.

II. Fluxo de Políticas: na Defesa Nacional, concentra-se na criação de alternativas e soluções para problemas identificados. No setor de defesa, esse processo é altamente especializado e busca soluções inovadoras para enfrentar ameaças

emergentes e assegurar a segurança nacional. Algumas dessas soluções podem incluir:

- a. Modernização das Forças Armadas: investimento em novos equipamentos, treinamento e desenvolvimento de capacidades.
- b. Desenvolvimento da indústria de defesa: fortalecimento da indústria nacional para assegurar autonomia e independência estratégica.
- c. Reestruturação organizacional e revisão de doutrinas: adaptação da estrutura das Forças Armadas e das doutrinas de Defesa Nacional para responder melhor aos desafios contemporâneos.

Esse fluxo é dinâmico e crucial para atender às necessidades de defesa do país. Exemplos de atividades incluem o desenvolvimento de capacidades de defesa cibernética e a formulação de novas doutrinas estratégicas.

III. Fluxo Político: no Setor de Defesa, abrange o ambiente político dinâmico que influencia a formulação e implementação de políticas. Esse fluxo é essencial para entender como as políticas de defesa são moldadas e implementadas em resposta a diversos fatores internos e externos. Na defesa, os fatores políticos-institucionais podem incluir:

- a. Opinião pública: as percepções sobre ameaças e prioridades afetam as decisões.
- b. Grupos de interesse: a indústria de defesa, por exemplo, pressiona por mais investimentos.
- c. Dinâmica governamental: mudanças no governo podem alterar as prioridades de defesa.

Esse fluxo é fundamental para decisões que afetam a defesa, desde a alocação de recursos até a postura estratégica do país, sendo influenciado por fatores políticos, opinião pública e cenário internacional.

IV. Janela de oportunidade: para Políticas de Defesa, descreve o momento em que os três fluxos convergem, permitindo que uma questão entre na agenda decisória do governo. Em áreas sensíveis como a defesa nacional, essa janela de oportunidade é determinante, e reconhecer essa oportunidade e agir rapidamente é extremamente importante para converter propostas em políticas públicas efetivas. A convergência pode ocorrer quando:

- a. Problemas: ameaça à segurança, como uma crise internacional ou um ataque cibernético, situações nas quais exige-se ação imediata.

- b. Políticas: soluções concretas prontas para serem implementadas, como a modernização das Forças Armadas.
- c. Político: ambiente político é favorável, com apoio público e alinhamento governamental.

3.2 A ANÁLISE *EX ANTE*

Na formulação de políticas, especialmente ao tratar de questões na agenda governamental, deve-se avaliar a viabilidade das propostas desde o início. A análise *ex ante*, realizada antes da implementação, prevê os impactos das alternativas com base em dados e evidências. Ela orienta a alocação de recursos para políticas mais promissoras, promove transparência, aumenta a confiança pública, ajuda a mitigar riscos e serve de base para o monitoramento contínuo e ajustes das políticas.

No governo federal, a responsabilidade pela análise *ex ante* é compartilhada entre diversos atores. Gestores e técnicos de órgãos, fundos, autarquias e fundações elaboram notas técnicas avaliando o mérito das políticas. Esses órgãos devem enviar pareceres à Presidência da República, incluindo a definição do problema e os objetivos da política. O Comitê Interministerial de Governança (CIG) apoia o Presidente na condução da governança da administração pública federal (Ipea, 2018).

A análise *ex ante* enfrenta desafios que podem comprometer sua eficácia. A imprevisibilidade de eventos futuros, como crises econômicas ou desastres naturais, diminui a precisão das estimativas. Além disso, a disponibilidade e qualidade de dados, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil, são limitadas, prejudicando a validade das análises. Esses fatores muitas vezes forçam o uso de suposições pouco estruturadas quando faltam recursos ou tempo para projeções mais robustas (Secchi, 2010).

3.3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A avaliação de políticas públicas é uma ferramenta fundamental para medir a eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais. Esse processo envolve uma análise sistemática dos resultados alcançados, comparando-os com os objetivos e metas previamente estabelecidos. A avaliação fornece subsídios

importantes para a tomada de decisões, promovendo transparência, responsabilidade (*accountability*²) e o aperfeiçoamento contínuo das ações públicas. Tradicionalmente, a avaliação era vista como um mecanismo de controle, focando na verificação do cumprimento de metas e na fiscalização dos recursos. Com o tempo, evoluiu para um enfoque mais abrangente, que analisa não só os resultados, mas também os processos de implementação e os fatores que influenciam o sucesso ou fracasso das políticas.

Em um cenário de recursos limitados e demandas crescentes, a avaliação se torna indispensável, auxiliando na tomada de decisões e na prestação de contas à sociedade. Existem diferentes métodos de avaliação, que variam conforme o contexto e a fase da política: a análise *ex ante*, o monitoramento durante a execução (avaliação *in itinere*), e a avaliação *ex post*, realizada após a implementação para medir os resultados, a eficiência e o impacto. O monitoramento é uma observação contínua da política, garantindo que suas ações estejam alinhadas com o planejado, enquanto a avaliação é uma análise mais detalhada, que busca medir o sucesso e orientar decisões futuras. Ao contrário da auditoria, que se foca no cumprimento de normas, a avaliação visa melhorar as políticas públicas.

Entretanto, o processo enfrenta desafios, como resistências políticas, que temem a exposição de falhas, e dificuldades organizacionais, onde a cultura de avaliação ainda não está consolidada na administração pública brasileira. A falta de capacitação técnica e de dados confiáveis, além da fragmentação institucional, são obstáculos que comprometem a qualidade das avaliações.

3.3.1 Avaliação com base em indicadores

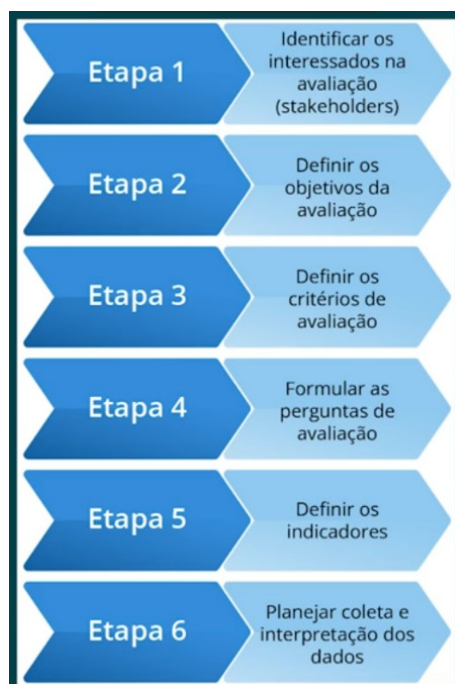
Os indicadores são essenciais para a avaliação de políticas públicas, pois permitem medir e monitorar o desempenho das ações governamentais, garantindo o uso eficiente e eficaz dos recursos públicos, possibilitando uma gestão capaz de realizar correções ao longo do processo. Eles fornecem tanto dados quantitativos, como números e estatísticas, quanto qualitativos, como percepções e avaliações subjetivas. Essa combinação ajuda a verificar se os objetivos e metas estão sendo alcançados, permitindo identificar as áreas que necessitam de melhorias e ajustes.

² O Referencial Básico de Governança (2014 e versões atualizadas) do TCU, trata sobre o termo *accountability* no contexto de auditoria, responsabilidade e prestação de contas na administração pública.

Além de mensurar resultados, os indicadores ampliam a transparência, princípio essencial da administração pública, fortalecida quando os resultados são divulgados de maneira clara e acessível, aumentando a confiança da população nas ações do governo e engajando os cidadãos, que, ao terem acesso a informações sobre o desempenho das políticas, podem participar na fiscalização mais ativamente e cobrar resultados. Indicadores também promovem a aprendizagem organizacional, ao permitir que gestores identifiquem tendências e lições que podem ser aplicadas em futuras iniciativas mais eficazes e baseadas em evidências.

A figura 3 apresenta a estrutura em seis etapas de uma avaliação com base em indicadores. Primeiro, planeja-se a avaliação, identificando as partes interessadas e suas expectativas. Em seguida, são definidos os objetivos da avaliação, com foco na promoção de melhorias e na garantia de transparência, determinando o propósito, a motivação e os responsáveis pela realização da avaliação. A terceira etapa, definem-se os critérios que serão a base da avaliação, como economicidade, eficácia, eficiência e sustentabilidade. Na quarta etapa, as perguntas orientam o processo de avaliação e, quando mal formuladas, podem gerar desperdício de recursos. Na quinta, definem-se indicadores que demonstrem a transformação da realidade e o progresso do programa. Por fim, a última etapa envolve a coleta de dados, sendo crucial saber quais dados são relevantes e como interpretá-los corretamente.

Figura 3 - Etapas da avaliação com base em indicadores



Fonte: ENAP, 2022, p. 12.

4 A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

Este capítulo propõe uma análise concisa das principais políticas de defesa, bem como dos programas e ações decorrentes que podem impactar a BID brasileira. A ênfase será na identificação dos mecanismos de avaliação e monitoramento dessas políticas, com o objetivo de analisar os resultados obtidos e entender se há efeitos diretos nas PME que integram a BID.

O fortalecimento da indústria nacional é fundamental para o crescimento econômico sustentável, gerando empregos, fomentando a inovação tecnológica e reduzindo a dependência de importações. Com uma indústria robusta, o país diversifica sua economia, melhora a balança comercial e se torna mais competitivo globalmente. Além disso, o desenvolvimento industrial pode impulsionar o crescimento regional, reduzindo desigualdades e promovendo o progresso em áreas menos desenvolvidas. A inovação tecnológica também aumenta a autossuficiência, tornando o país menos vulnerável a crises externas.

As PME têm grande relevância para a economia brasileira, representando cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e são responsáveis por 80% dos empregos formais gerados em 2022, com um saldo de 1,6 milhão de novas vagas, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Em 2023, as PME apresentaram um crescimento de faturamento de 7%, o dobro da taxa de crescimento do PIB no mesmo período (SEBRAE, 2023).

Apesar de sua relevância, ainda são necessárias reformas para simplificar o ambiente regulatório e melhorar o acesso ao crédito, garantindo um crescimento sustentável. A indústria de defesa brasileira, historicamente marcada por ciclos de expansão e retração, tem se consolidado nas últimas décadas como um setor estratégico para a segurança e soberania nacional, além de impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico do país.

O termo "Base da Indústria de Defesa" foi inicialmente introduzido como uma diretriz estratégica para atender aos Objetivos de Defesa estabelecidos na PDN de 2005. No entanto, o conceito foi formalizado com a aprovação da PNID, que visava alinhar as necessidades tecnológicas da indústria brasileira com as demandas da Defesa Nacional, fortalecendo a BID (Brasil, 2006).

Dezessete anos após a aprovação da PNID, a Política Nacional da Base Industrial de Defesa (PNBID) foi instituída pelo Decreto nº 11.169, de 2022, como o documento estratégico mais recente para fortalecer e consolidar a capacidade

produtiva do Brasil no setor de defesa. A PNBID prioriza a promoção da autonomia e segurança nacional, incentivando a inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico para criar soluções de alto valor agregado que atendam às necessidades das Forças Armadas e sejam competitivas no mercado internacional (Brasil, 2022).

4.1 ANALISANDO AS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA BID

A PDN de 1996 tinha como objetivo fornecer uma estrutura organizacional e operacional para a defesa do país, mas, apesar de sua relevância, não resultou em programas ou ações estratégicas, sendo uma política com conceitos importantes, mas de ações irrelevantes. A atualização de 2005 foi mais significativa, gerando avanços para a BID, como a aprovação da PNID e a primeira versão da END. A PNID, aprovada por portaria do Ministério da Defesa, visava destacar a indústria de defesa nacional, mas sua implementação foi limitada, e seu pouco reconhecimento advém mais da definição dos conceitos de "BID" e "produto estratégico de defesa" do que da efetividade em alcançar os objetivos propostos.

As falhas na formulação da PNID são evidentes pela ausência de planejamento orçamentário e pela falta de consistência nas ações estratégicas, que inviabilizaram o cumprimento dos objetivos propostos. De acordo com o processo de formulação de uma política pública, apresentado anteriormente, a PNID é caracterizada como um documento normativo de caráter ministerial, em vez de uma política de defesa em sentido estrito.

4.1.1 Estratégia Nacional de Defesa

A END surgiu da necessidade de fortalecer a PDN. Além de definir as prioridades para as Forças Armadas e a BID, a END destaca a importância de melhorar a coordenação entre civis e militares, essencial para a condução eficiente de ações integradas e para garantir a eficácia das diretrizes de defesa. A participação da sociedade é outro aspecto importante mencionado pela END, sendo fundamental para a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população (Dias, 2013).

A aprovação da END representou um marco significativo para as políticas de defesa do Brasil, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da BID. O

documento sublinha a relação entre defesa e desenvolvimento, promovendo a BID como impulsionadora de inovações tecnológicas com uso civil e militar, além de priorizar o desenvolvimento autônomo em setores estratégicos, como o nuclear, cibernético e espacial. A END também reforça a necessidade de tecnologias que garantam a independência nacional, influenciando a escolha de parcerias internacionais (Ambros, 2017). No entanto, a versão de 2020 da END foi criticada por Brick (2020) por seu entendimento desatualizado sobre a logística de defesa, que foca apenas no emprego das Forças Armadas e negligencia a logística necessária para equipá-las, transferindo para o Ministério da Defesa a responsabilidade por todo o processo de políticas para a indústria e pesquisa de defesa.

Em relação ao Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), apesar de sua importância na consolidação da política de defesa, ele também recebe críticas, como a falta de clareza estratégica e diretrizes desalinhadas com a realidade orçamentária. A ausência de consulta pública e de participação da sociedade civil na elaboração do documento agrava essas limitações. Tanto a END quanto o LBDN carecem de metas claras e indicadores mensuráveis, o que torna a avaliação de sua eficácia subjetiva e suscetível a vieses políticos. A falta de parâmetros bem definidos impede o acompanhamento público do progresso e dificulta a responsabilização de agentes por eventuais falhas, como a promoção da autonomia tecnológica e produtiva no setor de defesa, que é essencial para a segurança nacional, mas não conta com indicadores adequados para medir sua implementação.

4.1.2 Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED)

O PAED, instituído pelo MD, é um instrumento estratégico de longo prazo para modernização das Forças Armadas (20 anos), tornando-se uma importante ferramenta para assegurar recursos e meios necessários à Defesa Nacional. Inicialmente abordado no LBDN de 2012, o PAED estrutura-se em três eixos principais: nuclear, cibernético e espacial, e seus objetivos incluem a recuperação da capacidade operativa das FFAA, a busca por autonomia tecnológica, a proteção de fronteiras e recursos naturais, além de abranger pesquisa, desenvolvimento, manutenção operativa, aquisição de equipamentos com transferência de tecnologia.

O PAED busca organizar de forma consistente os projetos estratégicos das Forças para atender às necessidades de defesa, visando o desenvolvimento

tecnológico e o fortalecimento da BID, porém enfrenta obstáculos que comprometem sua capacidade de modernização e o fortalecimento da indústria nacional de defesa, como as restrições orçamentárias, com frequentes contingenciamentos e cronogramas de desembolso desfavoráveis, que geram atrasos e aumentam os custos.

Sousa (2015) apontou três principais problemas em relação ao PAED: 1) falta de integração entre os projetos das Forças Armadas, que continuam separados por Força sem priorização conjunta; 2) ausência de clareza sobre o escopo, prazos e custos dos projetos, com informações incompletas; e 3) ausência de previsão orçamentária para financiar os projetos. A avaliação dos objetivos do PAED carece de mecanismos sistemáticos e transparentes para mensurar sua real efetividade. O Quadro 2 apresenta alguns aspectos que poderiam ser considerados para avaliação do PAED.

Quadro 2 - Exemplo de avaliação do PAED

1. Indicadores de Desempenho	2. Dificuldades na Avaliação	3. Necessidade de Aprimoramento
<p>1.1 Entrega de Produtos e Sistemas</p> <p>Um dos indicadores mais palpáveis é a entrega de produtos e sistemas de defesa previstos no PAED, como navios, aeronaves e veículos militares. Porém, a entrega não representa qualidade, funcionalidade e aderência às necessidades operacionais.</p>	<p>2.1 Falta de Transparência</p> <p>A falta de transparência na gestão do PAED dificulta o acesso a informações relevantes para a avaliação, como custos reais dos projetos, prazos e indicadores de desempenho.</p>	<p>3.1 Sistema de Monitoramento e Avaliação</p> <p>É crucial a criação de um sistema de monitoramento e avaliação robusto, transparente e com indicadores claros para acompanhar o progresso do PAED e medir o alcance de seus objetivos.</p>
<p>1.2 Capacitação Tecnológica e Industrial</p> <p>A avaliação da capacitação tecnológica e industrial adquirida pela BID através do PAED é complexa. Indicadores como o número de patentes, transferência de tecnologia, participação da indústria nacional em projetos e criação de empregos qualificados podem ser utilizados, mas exigem análise crítica e contextualizada</p>	<p>2.2 Mudanças no Cenário Geopolítico</p> <p>As constantes mudanças no cenário geopolítico e nas ameaças à segurança nacional exigem adaptações no PAED, o que pode dificultar a avaliação dos objetivos iniciais.</p>	<p>3.2 Participação de Atores Externos</p> <p>A participação de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), e a sociedade civil na avaliação do PAED é fundamental para garantir a transparência e a <i>accountability</i> do programa.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

4.1.3 Lei nº 12.598, de 2012 (Lei de fomento à Base Industrial de Defesa)

A Lei nº 12.598/2012 foi um marco para a BID, estabelecendo o Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa (RETID) com o objetivo de reduzir custos e promover o desenvolvimento tecnológico no setor. Ao criar incentivos fiscais e desonerar empresas estratégicas, a lei buscou fortalecer a competitividade da indústria nacional, tanto no mercado interno quanto no externo. Além disso, ela definiu termos essenciais como Produto de Defesa (PRODE), Produto Estratégico de Defesa (PED) e Empresa Estratégica de Defesa (EED), buscando direcionar investimentos e ações governamentais para áreas de maior relevância estratégica.

No entanto, após mais de uma década de sua implementação, a legislação ainda enfrenta desafios significativos que limitam sua eficácia. Um dos principais problemas está na burocracia excessiva, que complica o acesso das empresas, especialmente as PME, aos benefícios do RETID. Essas empresas, que têm grande potencial para inovação no setor, encontram dificuldades para obter crédito e acessar os incentivos fiscais, o que impede uma maior participação da indústria nacional em projetos estratégicos. A falta de clareza e de padronização nos processos também gera insegurança jurídica, desmotivando investimentos privados.

Além disso, há uma crítica frequente em relação à integração insuficiente entre as políticas de defesa e as políticas industriais e tecnológicas. A lei carece de mecanismos para promover uma articulação eficiente entre os diferentes setores governamentais, o que compromete a continuidade e a expansão de projetos estratégicos. Outro ponto importante está na definição ampla e pouco criteriosa dos PED, que permite a inclusão de itens sem real valor estratégico, diluindo o foco da política e desperdiçando recursos que poderiam ser melhor aplicados em tecnologias de ponta.

O MD, através da Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID) tem sido pouco seletivo na atribuição do selo de estratégico para produtos de defesa. Como consequência, uma quantidade exagerada de empresas tem sido classificada como EED. [...]

Essa liberalidade impede que o MD possa, até mesmo, priorizar aquilo que é mais importante e depende totalmente de recursos do orçamento de defesa. Ou seja, o MD não define e não assume a responsabilidade pela sustentação das EED realmente essenciais para o Brasil. Essa responsabilidade é deixada a critério das FFAA e, cada uma delas, atua isoladamente com base nos seus entendimentos particulares (FIESP, 2022).

Outro desafio enfrentado pelas EED é a dependência do governo como principal cliente, o que as torna vulneráveis a mudanças nas políticas públicas e

cortes no orçamento. Essa vulnerabilidade dificulta o planejamento de longo prazo e compromete o crescimento sustentado da BID. A ausência de um fluxo contínuo de investimentos, tanto público quanto privado, em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) é um dos fatores que limitam o avanço tecnológico do setor.

Para que a Lei nº 12.598/2012 atinja plenamente seus objetivos, são necessárias medidas de aprimoramento. Em primeiro lugar, a simplificação dos processos burocráticos é fundamental para facilitar o acesso das empresas, especialmente as PME, aos benefícios oferecidos pelo RETID. Em segundo lugar, é crucial a revisão dos critérios de classificação dos Produtos PED, a fim de garantir que apenas itens com alto valor estratégico e tecnológico sejam contemplados, evitando a dispersão de recursos.

Além disso, a implementação de uma avaliação contínua, baseada em indicadores claros de impacto econômico e tecnológico, ajudaria a monitorar e ajustar as políticas conforme necessário. Indicadores como a contribuição das EED para o crescimento do setor, o volume de apoio governamental e a frequência dos investimentos públicos e privados em PD&I seriam fundamentais para garantir que a lei continue alinhada com os objetivos estratégicos de defesa e desenvolvimento do país. Essa avaliação constante proporcionaria maior transparência e previsibilidade, permitindo ajustes mais rápidos e eficazes.

4.1.4 Política Nacional da Base Industrial de Defesa (PNBID)

A PNBID surge em um contexto de crescente necessidade de segurança e defesa, considerando as ameaças globais e regionais (tendo sido publicada menos de seis meses após o início do conflito na Ucrânia). O fortalecimento da base industrial de defesa é visto como essencial para garantir a soberania nacional e a capacidade de resposta em situações de crise.

Entre as principais diretrizes da PNBID estão o fortalecimento das cadeias produtivas de defesa, com foco na integração e cooperação internacional, e a promoção da inovação e digitalização industrial. A PNBID trouxe uma visão mais clara sobre o papel da defesa na economia nacional, visando aumentar a competitividade das empresas brasileiras no mercado global. Para isso, foram estabelecidas medidas que simplificam burocracias e criam incentivos fiscais eficazes, estimulando tanto o comércio exterior quanto parcerias estratégicas.

Entre as inovações da PNBID de 2022, destacam-se a integração entre o

setor público, privado e acadêmico no desenvolvimento de tecnologias de defesa, o foco na internacionalização das empresas brasileiras e o uso de mecanismos como *offsets* para promover a transferência de tecnologia. A política também incentiva a formação de *clusters* tecnológicos e a participação de micro, pequenas e médias empresas na cadeia produtiva, além de fomentar a pesquisa em tecnologias disruptivas, como inteligência artificial e robótica.

No entanto, a formulação da PNBID apresenta algumas falhas notáveis que merecem análise e consideração. Primeiramente, uma das principais deficiências da PNBID é a falta de uma estratégia clara e bem definida para a implementação de seus objetivos. Embora a política estabeleça metas ambiciosas, ela carece de um roteiro detalhado e realista para alcançá-las, o que dificulta sua execução efetiva. A falta de um plano financeiro sustentável e de incentivos fiscais consistentes compromete a capacidade das empresas de investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação, elementos cruciais para a competitividade do setor, e a política não aborda adequadamente a questão do financiamento a longo prazo (Giesteira; Souza; Lima, 2024).

4.2 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA BID

A coordenação entre os órgãos responsáveis pelas políticas de defesa é um desafio crítico. A eficácia na articulação entre governo, setores políticos e sociedade civil é essencial para alcançar os objetivos de defesa. Críticas apontam a falta de envolvimento de entidades externas ao MD, resultando em integração inadequada no planejamento e execução das ações de defesa nacional. A PNID de 2005 falhou em se concretizar devido à falta de articulação com outros ministérios. Em contraste, a END foi desenvolvida para haver uma articulação robusta, envolvendo o Ministério da Defesa, a Secretaria de Assuntos Estratégicos e outros ministérios como Fazenda, Ciência e Tecnologia, e Planejamento (Brasil, 2008).

Durante a tramitação das atuais versões PND e END, e do LBDN, os documentos foram analisados pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional. As recomendações destacaram a necessidade de maior representação de setores públicos e privados na elaboração da PND.

Em relação à Política Nacional de Defesa, há de se ter a efetiva participação dos mais vários segmentos da sociedade brasileira que se debruçam sobre o tema Defesa Nacional ou que desenvolvam atividades que, de uma forma ou outra, se relacionam com a Defesa Nacional. A Política Nacional de

Defesa não deve ser exclusiva do Ministério da Defesa, uma vez que a Defesa Nacional se desdobra em diversas dimensões: militar, industrial, científica e tecnológica, diplomática, econômica etc. [...] outras pastas do Poder Executivo deverão, necessariamente, se fazer presentes nas futuras atualizações da Política Nacional de Defesa [...] À Câmara dos Deputados e ao Senado Federal cabem a formulação de leis que podem ter implicação na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa, particularmente nas leis orçamentárias, pois delas brotam a dotação do Ministério da Defesa. Não bastasse, essas Casas do Congresso Nacional detêm a prerrogativa de fiscalização da Administração Pública e, ainda, representam o povo e os entes federados. Por tudo isso, deverão, necessariamente, estar presentes nas futuras atualizações da Política Nacional de Defesa (Congresso Nacional, 2021).

A governança na formulação de políticas públicas promove colaboração entre atores governamentais e não governamentais, descentralizando tarefas e tornando a gestão mais integrada e eficiente. Isso é crucial para enfrentar desafios como inovação tecnológica e desenvolvimento industrial.

- a) Pesquisa e Desenvolvimento: A END enfatiza a integração de avanços em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para fortalecer a indústria de defesa e garantir a soberania nacional. A integração com o setor privado e instituições acadêmicas é essencial para enfrentar desafios como segurança cibernética. Partindo dessa premissa, ações governamentais poderiam ser desenvolvidas sob a coordenação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação,
- b) Orçamento da Defesa: As políticas de defesa enfrentam desafios devido ao investimento insuficiente e à competição com demandas sociais. A Comissão Mista recomendou aumentar gradualmente o orçamento de defesa para 2% do PIB e criar mecanismos para evitar cortes em projetos estratégicos. O Ministério da Fazenda assume o protagonismo para conduzir as propostas para um orçamento de defesa compatível com a dimensão do país.
- c) Educação: O Ministério da Educação (MEC) pode integrar a defesa nacional nos currículos escolares, promovendo uma cultura de conscientização sobre soberania e segurança. O MEC, com a colaboração do MD, é essencial para garantir a presença adequada da defesa nos programas educacionais.
- d) Política Externa: A BID é essencial para a política externa, fortalecendo a capacidade de dissuasão e projeção de poder. O Ministério das Relações Exteriores pode apoiar as políticas de defesa por meio da diplomacia de defesa, promovendo acordos de cooperação internacional e facilitando a exportação de produtos de defesa.

4.3 O PAPEL DAS PME PARA O DESENVOLVIMENTO DA BID

As PME desempenham um papel importante na indústria de defesa e poderiam contribuir para o fortalecimento e a inovação do setor, desenvolvendo soluções tecnológicas iniciais que poderiam ser desenvolvidas e aplicadas tanto no setor de defesa quanto no civil. As PME podem ser empregadas em nichos de mercado que as grandes empresas podem não priorizar. Além disso, as PME oferecem maior flexibilidade e agilidade devido ao seu tamanho, permitindo que se adaptem rapidamente às mudanças nas demandas do mercado e às novas tecnologias. Essa capacidade de adaptação é importante para atender às necessidades específicas da indústria de defesa.

O Índice Omie de Desempenho Econômico das Pequenas e Médias Empresas (IODE-PMEs, 2024), que avalia a saúde econômica de empresas com faturamento anual de até R\$ 50 milhões, registrou um crescimento expressivo de 17% nas PME do setor industrial em 2023, superando o crescimento geral do PIB brasileiro no mesmo ano. Para contextualizar, o PIB brasileiro aumentou 2,5% no primeiro trimestre de 2024, em comparação ao mesmo período de 2023, conforme dados do IBGE. No mesmo intervalo, o IODE-PMEs apontou um crescimento de 11,5% nas PME em geral, com destaque para o setor industrial, que cresceu 15,6%. Embora esses números de 2023 revelem o potencial das PME, eles fornecem apenas um panorama momentâneo e não são suficientes para indicar uma tendência consolidada.

No setor de defesa, as PME podem contribuir para a diversificação da BID, fornecendo produtos e serviços que complementem as capacidades das grandes empresas, ajudando a criar uma cadeia de suprimentos mais resiliente. As PME podem formar parcerias com grandes empresas e instituições de pesquisa para participar de projetos maiores e acessar novos mercados. Essas colaborações podem ajudar a enfrentar alguns desafios comuns das PME, como o acesso a financiamento e recursos.

A END inclui diretrizes que podem integrar as PME à cadeia produtiva de defesa, diretrizes que buscam não apenas fortalecer a BID, mas também incentivar a inovação e a competitividade no cenário global. No entanto, a aplicabilidade e eficácia de tais políticas muitas vezes carecem de avaliações mais robustas.

Um desafio significativo está na escassez de dados sistemáticos que possam substanciar o impacto direto dessas políticas sobre as PME da BID. Embora haja

relatos e estudos de caso que indicam melhorias pontuais na competitividade e acesso a novos mercados para essas empresas, a falta de um corpo sistemático e abrangente de pesquisas torna difícil quantificar efetivamente este impacto. Além disso, os dados existentes frequentemente não desagregam informações suficientes sobre a participação específica das PME em relação às grandes empresas no setor.

As PME têm o potencial de desempenhar um papel ainda maior na BID, contribuindo significativamente para a inovação e o desenvolvimento de tecnologias estratégicas. No entanto, essas empresas enfrentam uma série de desafios que limitam seu crescimento e participação no setor de defesa. Um dos principais obstáculos é a interação com órgãos públicos, marcada pela burocracia e pela complexidade no acesso a financiamentos e programas de incentivo. Estudar a eficácia dessas interações e propor melhorias é fundamental para maximizar o impacto das PME na BID.

O acesso a financiamento é um dos principais desafios enfrentados pelas PME. Esses recursos são essenciais para investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D), permitindo que as empresas inovem e permaneçam competitivas em um setor que demanda alta tecnologia. A dificuldade em obter crédito limita a capacidade das PME de competir com grandes empresas, que possuem mais recursos e infraestrutura para sustentar investimentos de longo prazo. Além disso, as PME enfrentam barreiras burocráticas e regulatórias significativas, que consomem tempo e recursos para cumprir as exigências legais. A falta de políticas públicas adequadas e incentivos fiscais também é uma reclamação recorrente, prejudicando o crescimento dessas empresas no setor de defesa.

A concorrência com grandes empresas é outro desafio. As empresas de grande porte no setor de defesa têm maior capacidade de investimento em P&D, colocando as PME em desvantagem competitiva. Além disso, a inserção no mercado internacional apresenta dificuldades adicionais, como a concorrência global e a necessidade de parcerias com multinacionais, que podem afetar a sustentabilidade das PME a longo prazo.

Essas empresas demonstram maior vulnerabilidade às oscilações econômicas. A inflação e a necessidade de ajustes fiscais geram um aumento nas taxas de juros, restringindo o acesso ao crédito, que é essencial para o desenvolvimento das PME. A contenção de gastos públicos para o equilíbrio fiscal também limita investimentos governamentais, reduzindo a demanda por produtos e serviços oferecidos por essas empresas. Em conjunto, esses fatores afetam

negativamente o crescimento das PME, desestimulando o consumo e os investimentos, que são essenciais para sua sustentabilidade e expansão.

4.3.1 O impacto das políticas públicas nas PME da BID do Brasil

As PME frequentemente enfrentam barreiras significativas para acessar as oportunidades proporcionadas pelas políticas públicas direcionadas à BID nacional, como aquelas previstas na Lei nº 12.598/2012. A burocracia associada à obtenção de incentivos fiscais e financeiros, aliada à necessidade de cumprir requisitos técnicos e regulatórios complexos, como certificações específicas e conformidade normativa, frequentemente inviabiliza a participação de empresas de menor porte.

Outro fato notável é a falta de acesso a financiamento adequado para as PME da BID. Apesar da existência de linhas de crédito voltadas ao setor de defesa, muitas empresas de menor porte enfrentam dificuldades para atender às exigências, como garantias financeiras robustas e históricos consolidados de desempenho. Essa limitação restringe a capacidade dessas empresas de realizar investimentos, comprometendo sua competitividade no mercado. Sem acesso ao financiamento destinado ao setor, as PME enfrentam um círculo vicioso que dificulta seu crescimento e sua contribuição efetiva para o fortalecimento da BID.

A ausência de uma maior integração entre as PME e os grandes *players* da indústria de defesa também é uma barreira significativa. Apesar dos esforços para fomentar parcerias e cadeias produtivas integradas, as PME ainda encontram dificuldades para se posicionar como fornecedores regulares em projetos maiores.

Embora as políticas voltadas para o setor de defesa busquem criar oportunidades, sua eficácia no apoio às PME permanece limitada. Investimentos em soluções que promovam maior estabilidade e integração para essas empresas poderiam amplificar significativamente o papel das PME na BID.

Diante desses desafios, é fundamental formular políticas públicas que favoreçam as PME da BID, promovendo um ambiente mais propício à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. Além disso, as políticas deverão buscar o crescimento sustentável da indústria de defesa no Brasil, fortalecendo sua competitividade global. Medidas como a simplificação de processos burocráticos e a formulação de parcerias estratégicas são essenciais para que as PME possam contribuir de maneira mais efetiva para o fortalecimento da BID e para a autonomia tecnológica do país.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo analisou a importância da Base Industrial de Defesa para o Brasil, não apenas no contexto da segurança nacional, mas também como vetor de desenvolvimento econômico e tecnológico. A BID, composta por grandes corporações e pequenas e médias empresas, apresenta um papel estratégico na modernização das Forças Armadas e na consolidação de uma indústria autônoma e inovadora. O estudo destacou que, embora o governo brasileiro tenha implementado políticas públicas para fortalecer o setor, ainda há desafios significativos a serem enfrentados, especialmente no que se refere à transparência, ao financiamento e à competitividade das PME.

A avaliação contínua e sistemática das políticas de defesa mostrou-se fundamental para garantir que as medidas adotadas pelo governo estejam alinhadas às necessidades do setor. Por exemplo, a falta de um sistema eficaz de monitoramento e avaliação das políticas voltadas à BID dificulta a mensuração de seus impactos e a implementação de ajustes necessários.

A pesquisa identificou que, embora as políticas públicas tenham criado incentivos e estruturas de apoio, ainda há barreiras burocráticas e dificuldades no acesso ao crédito que limitam o pleno desenvolvimento das PME. Além disso, o estudo apontou a necessidade de maior articulação entre o setor público, a sociedade civil e a academia para promover a inovação tecnológica e fortalecer a competitividade da BID no cenário global.

Por fim, este trabalho buscou contribuir para a compreensão da importância de uma abordagem integrada e colaborativa na formulação de políticas públicas de defesa, que considere não apenas as necessidades das grandes corporações, mas também a relevância das PME e na contribuição que essas empresas podem oferecer para o país, como a promoção da inovação e no fortalecimento da autonomia tecnológica. A criação de mecanismos de avaliação eficazes, a simplificação dos processos burocráticos e o fortalecimento das parcerias entre os diferentes setores envolvidos são passos importantes para garantir um futuro sustentável e competitivo para a BID no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMBROS, Christiano Cruz. **Base Industrial de Defesa e Arranjos Institucionais: África do Sul, Austrália e Brasil em Perspectiva Comparada**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ANDERSON, James E. **Public Policymaking An Introduction**. 5 ed. Boston, EUA: Houghton Mifflin Company, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. Congresso Nacional. **Parecer (CN) Nº 1, 15 de dezembro de 2021**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 11.169, de 10 de agosto de 2022**. Institui a Política Nacional da Base Industrial de Defesa - PNBID. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012**. Lei de fomento à Base Industrial de Defesa. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Escola de Guerra Naval. **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND)**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND)**. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 899/MD, de 19 de julho de 2005**. Aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 586/MD, de 24 de abril de 2006**. Aprova as Ações Estratégicas para a Política Nacional da Indústria de Defesa. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Política pública em dez passos**. Brasília, DF: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex); Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (Soma), 2021.

BRICK, Eduardo Siqueira. Uma análise crítica dos documentos de alto nível da defesa do Brasil. (PND, END e LBDN, versão 2020). **Núcleo de Estudos de Defesa da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, RJ, 2020. Disponível em: https://defesa.uff.br/wp-content/uploads/sites/342/2020/11/Anlise-PND_END_LBDN_Documento-Completo.pdf. Acesso em 15 jul. 2024.

CASTELAN, D. R. Segurança e defesa na década de 90: Interpretações do Itamaraty e das Forças Armadas. **Revista Múltipla**. Brasília, DF, Ano XIV, vol. 20, nº 26, junho, 2009. Disponível em: https://institucional.upis.br/biblioteca/pdf/revistas/revista_multipla/multipla26.pdf#page=45 Acesso em 20 ago 2024.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

DYE, Thomas R. (2005). **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas**. In Heidemann, F. G.; Salm, J. F. Políticas Públicas e Desenvolvimento. Brasília: Editora UnB, 2005, 2010.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Avaliação Estratégica de Governo**. Brasília, DF: ENAP, 2022.

FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Política industrial e Tecnológica para a defesa nacional**. São Paulo, SP: FIESP, 2022.

GIESTEIRA, L. F.; SOUZA, W. G. de; LIMA, J. R. P. de A. Resultados das políticas de defesa na base industrial de defesa no Brasil: uma interpretação a partir do ciclo de políticas públicas (2005-2022). **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 38 n. 83, p. 55-85, maio-ago. 2023. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1287/1079> Acesso em: 22 ago. 2024.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**. Campinas, SP, ano XXI, nº 55, novembro, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjjpc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 ago. 2024.

IODE-PMES. Índice Ómie de Desempenho Econômico das PMEs. **Balanço do mercado de PMEs no 2T2024**. São Paulo, 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**. Brasília, DF: Ipea, 2018.

LASSANCE, Antonio, Ciclo de política pública: da agenda à avaliação. **Nexo**. 25 de jul. 2024. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/glossario/2024/07/25/ciclo-de-politica-publica-da-agenda-a-avaliacao>. Acesso em 15 ago. 2024.

LIMA, Delcio. As pequenas empresas e o paradoxo do PIB brasileiro. **Agência SEBRAE**, 29 fev. 2024. Economia & Política. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/as-pequenas-empresas-e-o-paradoxo-do-pib-brasileiro/> Acesso em 15 ago. 2024.

MANKIWI, N. Gregory. **Principles of Microeconomics**. 8 ed. Boston, EUA: Cengage Learning, 2016.

MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. 1 ed. Barcelona, España. Editorial Ariel, 1992.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 1 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SERRANO, Layane. No dia das MPME, Décio Lima, do Sebrae, celebra recorde de 30 milhões de empreendedores no país. **Agência SEBRAE**, 27 jun. 2023. Economia & Política. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/no-dia-das-mpme-decio-lima-do-sebrae-celebra-recorde-de-30-milhoes-de-empreendedores-no-pais/> Acesso em 15 ago. 2024.

SILVA, Peterson Ferreira da. **A política industrial de defesa no Brasil (1999-2014): intersectorialidade e dinâmica de seus principais atores**. 2015. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-15092015-113930/publico/Peterson_Ferreira_Silva.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

SOUSA, W. M. S.; RIBEIRO, M. S. da S.; SILVA, A. G. Discussões sobre avaliação de políticas e programas como instrumento de maximização da eficiência no setor público. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, SP. v.6, n.1, p. 87-96, jan./jun., 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/9401/6911>. Acesso em 02 set. 2024.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

TORRES, Pedro Medellín. **La política y las Políticas Públicas en regímenes de “obediências endebles”**: uma proposta para abordar las Políticas Públicas en América Latina. In: Franco; Lanzaro, 2006.